Plano AMAS e a Atuação da Polícia Federal Contra os Crimes Ambientais

AMAS Plan and the Federal Police's Actions Against Environmental Crimes

Humberto Freire de Barros[1]

RESUMO

A criação de uma nova diretoria na Polícia Federal, a Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente – DAMAZ/PF, para concentrar esforços de integração nacional e internacional para a proteção do meio ambiente e, em especial, da Amazônia, foi uma das principais estratégias adotadas pelo Governo Federal do Brasil para enfrentamento ao crime organizado na região, proporcionando que, efetivamente, ocorra uma integração de esferas de governo, de poderes e para que possamos avançar na descapitalização dos organismos criminosos. Esse é o objetivo central do "Plano Amazônia: Segurança e Soberania – Plano Amas", que estabeleceu a governança do próprio plano e criou a estrutura para a busca da modernização das normas, identificação e pactuação de fontes permanentes de financiamento e ainda uma rotina de planejamento e atuação integradas a partir de um Centro de Cooperação Policial Internacional para toda a Pan Amazônia – CCPI Amazônia. Após dois anos, resultados iniciais promissores já são identificados.

Palavras-chave: DAMAZ/PF; descapitalização de organismos criminosos; Plano Amas; Segurança Pública na Amazônia; CCPI Amazônia.

ABSTRACT

The creation of a new division within the Brazilian Federal Police—the Directorate for the Amazon and the Environment (DAMAZ/PF)—aimed at concentrating national and international integration efforts for environmental protection, particularly in the Amazon, was one of the main strategies adopted by the Federal Government to combat organized crime in the region. This initiative has enabled effective coordination across different levels of government and branches of power, advancing the dismantling of criminal networks. This is the central objective of the "Amazon Plan: Security and Sovereignty – AMAS Plan," which

[1] Delegado de Polícia Federal. Diretor da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: damaz@pf.gov.br.

established a clear governance structure, laid the foundation for modernizing regulations, identified and negotiated permanent funding sources, and implemented integrated planning and operational routines through the establishment of an International Police Cooperation Center for the entire Pan-Amazon region (CCPI Amazônia). After two years, promising initial results are already being observed.

Keywords: DAMAZ/Federal Police; dismantling of criminal organizations; AMAS Plan; Public Security in the Amazon; CCPI Amazônia.

No início do século XXI, quando foram criadas as Delegacias Especializadas de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da Polícia Federal (PF), conforme Portaria nº 1.300, de 4 de setembro de 2003[2], já se mapeava uma relevante atuação de grupos criminosos organizados em diversas áreas do crime ambiental no Estado Brasileiro.

Com o passar dos anos, um binômio perigoso – altos lucros e penas baixas relacionadas aos crimes ambientais– impulsionou a atuação do crime organizado neste viés. Esta realidade é vivenciada na maioria dos países atualmente.

Em artigo publicado em janeiro de 2022, o presidente do GAFI (FATF), Dr. Marcus Pleyer, expôs a estimativa de que o crime ambiental movimenta anualmente até US$ 281 bilhões, o que no câmbio atual representa cerca de R$ 1,6 trilhão[3].

Este patamar, segundo estudo publicado pelo Instituto Igarapé, em abril de 2023, classifica os crimes ambientais como a terceira atividade criminosa mais rentável do mundo, ficando atrás apenas do tráfico de drogas e do contrabando[4].

Após ser eleito em outubro de 2022, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva anunciou, durante a 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – COP27, ocorrida no Egito, que implementaria a retomada da agenda

[2] Publicado no Diário Oficial da União nº 172, seção 1, pág. 17, em 05/09/2003.

[3] Anti-Money Laundering Intelligence (2022). Opinion: In this exclusive article for AML Intelligence, FATF President Dr. Marcus Pleyer warns of the devastating impact of environmental crime and says governments must act now to tackle the $281BN illegal activity. 12 de janeiro de 2022.

[4] Disponível em AE60_SIGA-O-DINHEIRO.pdf (igarape.org.br). Acesso em 01 de abril de 2025.

ambiental no seu governo e, de fato, já no primeiro dia de seu terceiro mandato como presidente do Brasil, foi editado o Decreto 11.348/2023[5], que reestruturou o Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP e deu o primeiro passo para criação de um novo Sistema de Segurança Pública para a Amazônia Legal, com a criação de uma nova diretoria no âmbito da Polícia Federal com atribuições novas e focadas na proteção ambiental, sobretudo da Amazônia.

A Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal – DAMAZ/PF, além de fortalecer as ações próprias da PF de combate aos crimes ambientais, crimes contra os povos indígenas e crimes contra o patrimônio histórico e cultural, também recebeu a incumbência de articular as ações de Segurança Pública das três esferas de governo e com outros países da PAN AMAZÔNIA e de coordenar unidades de integração estabelecidas pelo Brasil nesta região, conforme se depreende do artigo 47, do Decreto 11.348/2023.

Após detalhado planejamento e discussões realizadas no âmbito do MJSP e com outras pastas, foi instituído, em julho de 2023, através do Decreto 11.614/2023[6], o Plano Amazônia Segurança e Soberania – Plano Amas.

Referido plano baseia em três eixos:

Eixo 1 – GOVERNANÇA – Estabelecimento de uma Governança para articulação, planejamento e execução das ações e investimentos necessários à segurança pública do bioma amazônico, na qual conta-se com o Comitê Gestor, presidido pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública e composto pelos dirigentes máximos da Polícia Federal, da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, da Polícia Rodoviária Federal – PRF, representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e da Defesa, e ainda representantes dos nove estados da Amazônia Legal, além de uma Comissão Técnica com a mesma representatividade do comitê gestor, na qual o assento da PF é ocupado pela DAMAZ/PF, e Comitês Estratégicos Estaduais, onde as forças federais presentes nos estados e as forças estaduais atuam em conjunto e permanentemente traçando os caminhos de execução do Plano Amas em cada um dos nove estados da Amazônia Legal brasileira;

[5] Publicado no Diário Oficial da União Edição Especial, seção 1, pág. 197, em 01/01/2023.

[6] Publicado no Diário Oficial da União Nº 138-B, seção 1, pág. 1, em 21/07/2023.

Eixo 2 – ESTRUTURA – Modernização do arcabouço legal que regulamenta as atividades ambientais e também das normas voltadas à prevenção e repressão dos crimes ambientais, além da busca por recursos específicos para investimentos em infraestrutura adequada e custeio das ações definidas pela estrutura de governança, buscando-se recursos orçamentários e extraorçamentários (a exemplo do Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) para fortalecimento das ações e da infraestrutura (unidades, equipamentos, novas tecnologias) dedicada ao combate ao crime organizado que atua no bioma Amazônico;

Eixo 3 – OPERACIONAL – Pactuação de operações e investigações contra o crime organizado atuante na Amazônia, criando-se uma rede de planejamento e execução de operações e investigações integradas. Neste eixo, as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs), estabelecidas pela PF juntamente com as Secretarias de Segurança Pública nos estados Amazônicos, têm papel fundamental nas investigações mais complexas, o que será ainda mais potencializado com o início dos trabalhos do Centro de Cooperação Policial da Amazônia – CCPI Amazônia, estrutura que será pormenorizada mais adiante neste artigo.

Para orientação das atividades do Plano Amas foi elaborado e pactuado o Programa Estratégico de Segurança da Amazônia – PESPAM, desenvolvido em conjunto pela PF, representantes da SENASP, da PRF, da Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPPEN e das secretarias de segurança pública dos nove estados da Amazônia Legal brasileira, trabalho este realizado seguindo as determinações da Portaria MJSP nº 503/2023 de 03 de outubro de 2023 (normativo que definiu diretrizes para o Programa Estratégico de Segurança Pública da Amazônia - PESPAM e para os Planos Táticos Integrados de Segurança Pública para Amazônia - PTI Amazônia, no âmbito do Programa Amazônia: Segurança e Soberania - Programa AMAS)[7]. A partir deste documento estratégico, e durante rodadas de planejamento realizadas em cada uma das nove unidades da federação, foram elaborados e pactuados nove Planos Táticos Integrados de Segurança da Amazônia – PTIs Amazônia (um para cada estado da Amazônia Legal), com a participação das forças federais mencionadas e das Secretarias de Segurança Pública dos estados e de suas forças

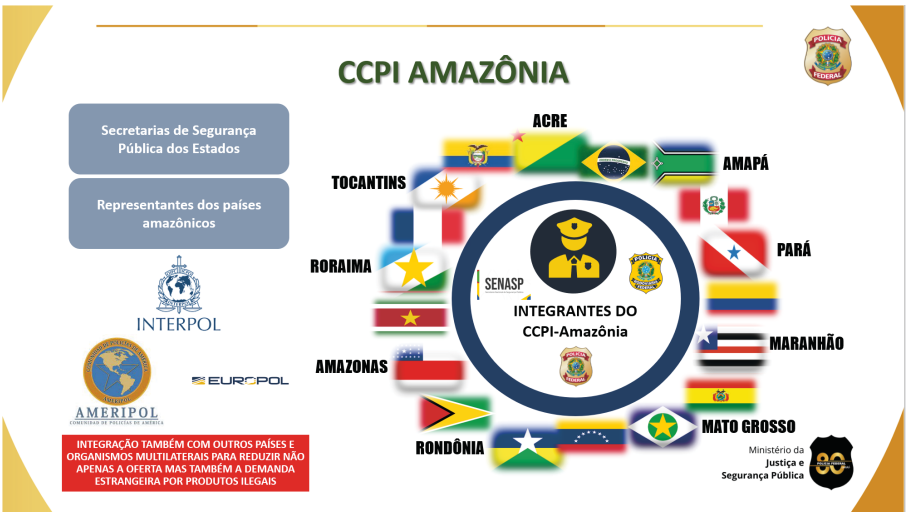
[7] Publicado no Diário Oficial da União nº 190, seção 1, pág. 45, em 04/10/2023.

operacionais (Polícias Militares, Polícias Civis, Corpos de Bombeiros Militares, Polícias Científicas e Corregedorias de Segurança Pública).

Seguindo as definições dos Planos Táticos Integrados estão sendo construídos pelos Comitês Estratégicos Estaduais do Plano Amas (componentes da estrutura de governança) e em funcionamento em cada estado da Amazônia Legal, Planos Operacionais Integrados para enfrentamento das prioridades geográficas e temáticas mapeadas nos PTIs e atendendo à casuística e à peculiaridade de cada estado.

O Decreto 11.614/2023, que instituiu o Plano Amas, criou no âmbito da Polícia Federal o CCPI Amazônia, em fase de implementação na cidade de Manaus. O CCPI Amazônia congregará a equipe de Coordenação da Polícia Federal, oficiais de ligação da SENASP, da PRF, das Secretarias de Segurança Pública do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e ainda dos Países da PAN AMAZÔNIA: Bolívia, Colômbia, Equador, França (Guiana Francesa), Guiana, Peru, Suriname, Venezuela, juntamente com convidados de organismos multilaterais de Segurança Pública tais como Interpol, Ameripol e Europol, todos atuando diariamente num ambiente de troca de expertises e experiências, de compartilhamento de inteligência e informação, e também realização de investigações e operações conjuntas.

Figura 1 – Representação da ampla integração e representatividade planejada para o CCPI Amazônia



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O Plano Amas proporcionou a captação de R$ 318 milhões do Fundo Amazônia para fortalecimento da capacidade operacional da Polícia Federal e das demais instituições de segurança pública atuantes na Amazônia Legal, viabilizando a instalação do CCPI Amazônia, a ampliação da capacidade aerotática, com locação de Helicópteros que ficarão baseados em Manaus e atuarão exclusivamente na Amazônia, a ampliação do Projeto OURO ALVO para rastreabilidade de minerais através da leitura de isótopos, a abertura de novas bases da PRF, bem como aquisição de novos equipamentos e a implementação da Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública - COA/FNSP e a ampliação da capacidade operacional das forças policiais dos estados da Amazônia Legal, com aquisição, inclusive, de novas lanchas para atuação nos rios da Amazônia Legal brasileira.

Uma estratégia importante do Plano AMAS é promover a desintrusão das Terras Indígenas (TIs), com a retirada de não indígenas que, na sua grande maioria, se dedicam à exploração ilegal da natureza nestas áreas. Observa-se a prática de mineração ilegal, extração ilegal de madeira, ocupação e desmatamento ilegal de áreas e utilização ilegal destas para agricultura e pecuária. Grandes Terras Indígenas estão sendo objeto de desintrusão, dentre elas: TIs Yanomami, Apyterewa, Karipuna, Trincheira-Bacajá, Alto Rio Guamá, Munduruku, Uru-Eu-Wau-Wau, Arariboia e Kayapó.

Importante destacar que a PF possui, em todos os estados da federação, Delegacias Especializadas de Meio Ambiente (DMAs), além de Grupos de Meio Ambiente (GMAs) nas Delegacias Descentralizadas em cuja circunscrição tal casuística criminal é preponderante. Estas unidades, com apoio da Coordenação-Geral de Meio Ambiente da DAMAZ (CGMA/DAMAZ/PF), têm aprimorado suas investigações de crimes ambientais, focando na descapitalização dos grupos criminosos. O resultado deste trabalho de articulação e coordenação oportunizou que, no ano de 2024, as investigações vinculadas à DAMAZ/PF fossem responsáveis pela apreensão de R$ 1.649.114.587,69 e por mais R$ 365.527.950,87 em descapitalização do crime derivada de inutilização de maquinário usado nos crimes ambientais (dragas, tratores, retroescavadeiras, aviões, helicópteros etc.), totalizando-se mais de **dois bilhões de reais** de descapitalização do crime organizado ambiental, só no último ano.

Um bom exemplo desse aprimoramento foi a Operação Greenwashing[8], que investigou fraudes e crimes conexos relacionados a uma temática nova que é o mercado de créditos de carbono, demonstrando que, apesar do crime organizado já estar atuando neste mercado relativamente novo, também a Segurança Pública está atenta e atuando para repressão desse delito.

Outra frente de atuação da DAMAZ/PF tem sido o combate a incêndios criminosos através de ações ostensivas e investigações realizadas a partir de equipes policiais especiais destacadas para atuarem nos estados que concentram mais casos destes incêndios (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no Pantanal, e Acre, Amazonas, Pará e Rondônia no bioma Amazônico). Os trabalhos tiveram início no ano de 2024 e neste ano de 2025 há planejamento para o início antecipado das ações, promovendo a prevenção e mitigação do problema.

Acrescenta-se que, com o avanço das discussões para criação de Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento também para os demais biomas do Brasil, à exemplo do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm[9], estratégias similares ao Plano Amas, podem ser usadas em prol do PPCERRADO, PPPANTANAL, PPCAATINGA, PPPAMPA e PPMATA ATLÂNTICA.

No âmbito da PF, a DAMAZ/PF já vem se preparando para realizar discussões com as forças de segurança públicas federais e dos estados impactados por cada um destes biomas para elaboração de Planos Estratégicos e Táticos de Segurança Pública, nos moldes do que fora feito com o PESPAM e os PTIs Amazônia. Com isso objetiva-se que todos os biomas do Brasil tenham seus planos integrados de segurança pública para o combate ao desmatamento nas esferas Estratégica, Tática e Operacional, direcionando assim melhor os esforços operacionais e os recursos de investimento e custeio.

Por fim, cumpre mencionar a atuação da DAMAZ/PF no combate aos crimes contra o Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil, o qual também compõe o meio ambiente nacional. Tem-se buscado parcerias

[8] PF deflagra Operação Greenwashing para investigar venda irregular de créditos de carbono – Polícia Federal.

[9] Restabelecido por intermédio do Decreto nº 11.367, publicado no Diário Oficial da União nº 1-A, seção 1 edição extra, pág. 2, em 02/01/2023.

entre a PF e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e, também, com outras instituições afetas à temática, a fim de se potencializarem as investigações relacionadas à lavagem de dinheiro com a utilização de obras de arte, bem como de crimes que envolvem arte sacra, comércio ilegal de fósseis, dentre outros. Não é despiciendo realçar que a repatriação de elementos da cultura e da história do Brasil tem sido uma busca constante da DAMAZ/PF, com casos exitosos de repatriação destes bens ilegalmente comercializados e algumas vezes até retirados do país e localizados em outras nações e continentes[10].

A retomada da agenda ambiental em todos os seus aspectos, notadamente o combate aos crimes ambientais, já vem demonstrando resultados iniciais animadores, conforme comprova a gráfico contendo a taxa de desmatamento na Amazônia Legal acompanhada pelo PRODES/INPE[11], que nos dois primeiros anos deste trabalho já sofreu reduções expressivas.

Figura 2 – Taxa PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE

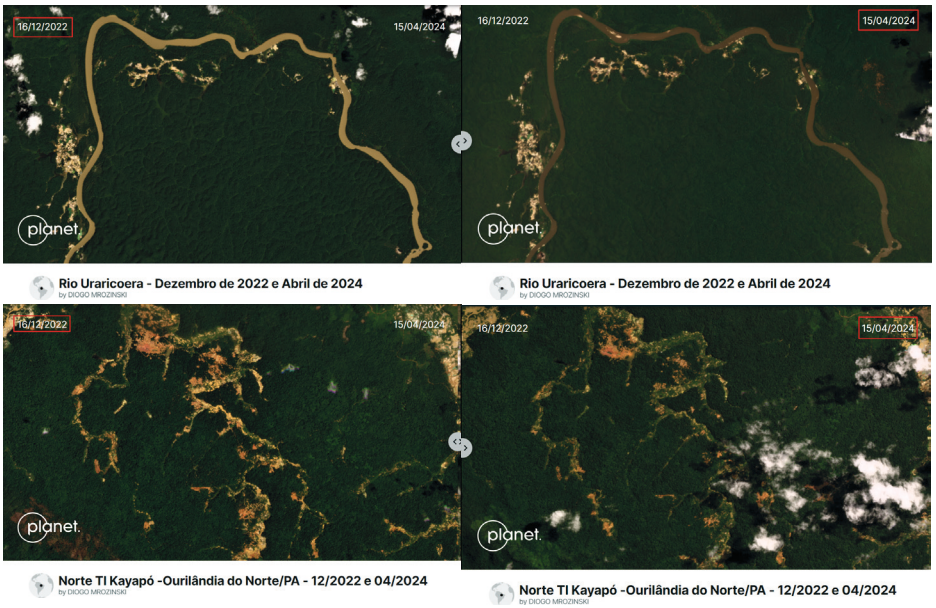
Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

[10] PF resgata em Londres livro histórico furtado do Museu Emílio Goeldi — Polícia Federal.

[11] PRODES — Coordenação-Geral de Observação da Terra.

As imagens de satélite do Programa Brasil MAIS[12] relativas às áreas especialmente afetadas pelo garimpo ilegal corroboram este movimento, seja pela alteração da coloração das águas de alguns rios antes fortemente contaminados pelo garimpo ilegal, seja pela retomada da vegetação em locais antes ocupados pela atividade garimpeira.

Figura 3 – Imagens de satélite do Programa Brasil MAIS



Fonte: Programa Brasil MAIS.

Estes resultados iniciais demonstram que a decisão tomada ainda na fase de transição de governo, ocorrida entre novembro e dezembro de 2022, e efetivada a partir de janeiro de 2023, foi acertada e que o fortalecimento da integração entre as forças de segurança pública do Brasil e de países vizinhos são fundamentais para salvaguardar o futuro do planeta e por conseguinte nas próximas gerações.

[12] Programa Brasil MAIS.:. RedeMAIS: Plataforma PF-SCCON - Inicio.